



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681246 - SP (2021/0225624-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : GLAUCIA APARECIDA DE FREITAS
ADVOGADO : GLAUCIA APARECIDA DE FREITAS NASCIMENTO -
SP386952
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS SEBASTIAO DA SILVA ANDRE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS SEBASTIÃO DA SILVA ANDRE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em execução n. 0011814-33.2020.8.26.0996).

O paciente cumpre pena privativa de liberdade em regime fechado e teve declarado em seu desfavor a perda de 1/3 dos dias remidos, bem como a interrupção do cálculo de penas para progressão de regime, pela prática de falta grave.

Interposto agravo em execução, o Tribunal de origem não proveu o recurso.

A impetrante sustenta que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal por parte do Tribunal de origem, que cancelou a falta grave aplicada pelo Juízo das Execuções.

Assevera que o paciente não foi ouvido judicialmente, que a aplicação da falta estaria baseada apenas em depoimento de dois policiais penais, concluindo, assim, que as provas produzidas seriam insuficientes para punir o apenado.

Afirma que o PAD não teria sido concluído no prazo legal.

Alega que a decisão judicial que homologou o procedimento disciplinar não estaria devidamente fundamentada, que a conduta seria atípica e a punição, desproporcional.

Requer, liminarmente, a anulação da decisão que reconheceu a falta grave disciplinar.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para:

- 1) Reformar a decisão de primeiro grau para que se absolva o paciente pelos motivos expostos; ou subsidiariamente;
- 2) Determinar a desclassificação das faltas disciplinares de natureza grave para outras de natureza média;
- 3) Caso mantida a falta grave, requer-se seja limitada a perda dos dias remidos ao mínimo legal de 1 (um) dia ante a ausência de fundamentação idônea para motivar uma reprimenda mais severa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente